



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 28 de Agosto de 2019

Especialistas defendem alterações no Fundeb

Em audiência sobre a proposta de tornar o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica permanente, debatedores disseram que é preciso aumentar os repasses da União e usar os recursos com mais eficiência

ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO defenderam ontem que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) receba uma complementação da União que seja destinada diretamente às redes de ensino. O debate foi realizado na Comissão de Educação (CE). Os convidados explicaram que os recursos atuais não garantem a equidade do direito à educação.

De acordo com o representante do Conselho Nacional de Educação, José Francisco Soares, além de ser necessário aumentar a composição do fundo, é preciso direcioná-lo e utilizá-lo com mais eficiência. Ele afirmou que a unidade de alocação dos recursos deve ser o estudante e não o município, pois o que falta é verba para atender as diferenças. — Eu tenho que considerar as necessidades de cada um. Por exemplo, o nível socioeconômico, de qual família vem. Nós somos diferentes. O que falta é recurso para diferentes pessoas. O direito não é o direito de um conjunto de estudantes, é o direito dos estudantes, dos indivíduos — afirmou.

Para o especialista em educação Binho Marques, a complementação da União ao Fundeb poderia ser até menor se fosse bem alocada. Ele apresentou estudos de avaliação que mostraram fragilidades do fundo. De acordo com um desses estudos, feito pelo consultor legislativo da



Pedro Franco/Agência Senado

Vice-presidente da CE, Flávio Arns comanda audiência sobre o Fundeb

Câmara Claudio Tanno, mesmo se a complementação da União fosse de 40% ao Fundeb, seria ineficiente, se comparada a uma complementação de 15%, feita por rede de ensino e não por estado. De acordo com Binho, o novo Fundeb será diferente se ganhar em eficiência, elevar o valor mínimo nacional por aluno, criar mecanismos para amenizar as desigualdades socioeconômicas, articular financiamento com qualidade e valorizar os professores.

Qualidade

Flávio Arns (Rede-PR), que presidiu o debate, afirmou que a questão do Fundeb não é ideológica. De acordo com o senador, o que todos querem é uma educação básica de qualidade. — Às vezes o pessoal não entende o que é educação básica. A mãe que diz: “Olha, eu preciso de uma creche para o meu filho”. Creche está no plano nacional e é educa-

ção básica. Uma pré-escola, um ensino fundamental de qualidade, um ensino médio com profissionalização. Tudo isso é educação básica. E a gente precisa pensar que essa educação básica precisa ser valorizada — disse.

Os senadores têm debatido a proposta de tornar o Fundeb um fundo constitucional definitivo. Pelas regras atuais, ele será encerrado em 2020. Os recursos do fundo são obtidos a partir de 20% da arrecadação de impostos como ICMS e IPVA dos 26 estados e do DF, além de outras fontes, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O Fundeb representa cerca de 60% dos recursos investidos na educação básica. A União faz um cálculo de valor que, em 2018, foi de pouco mais de R\$ 3 mil por aluno/ano, e paga a cada estado e município que não alcança o valor aluno/ano uma complementação equivalente a, no máximo, 10% das receitas dos fundos estaduais e do DF.

Merenda escolar dará prioridade a produto local

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto que dá preferência aos produtores rurais e suas cooperativas que operem em regime de economia solidária na compra de produtos para a merenda escolar. Dessa forma, os alimentos servidos como lanche poderão contribuir para incentivar a economia solidária regional. O PLS 292/2018, do senador Otto Alencar (PSD-BA), teve parecer favorável do relator, Nelsinho Trad (PSD-MS). Caso não haja recurso para análise em Plenário, segue para análise da Câmara.

O texto altera a Lei 11.947, de 2009, para incluir a economia solidária no artigo que incentiva a compra de produtos oriundos da agricultura familiar, dos empreendedores familiares rurais, das comunidades tradicionais indígenas e das comunidades remanescentes de quilombos.



Senador Otto Alencar é o autor do projeto aprovado pela comissão

“Não se pode negar atenção à importância para a sustentabilidade advinda da economia solidária, que opera por meio de organizações que se estruturam na forma de autogestão, promovendo a solidariedade e a justiça dentro dos sistemas produtivos, tendo como agentes as cooperativas, associações e bancos”, destaca Otto na justificativa do projeto.

Em seu parecer, Nelsinho

Trad destaca que a medida representa um aprimoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), já que a legislação já assegurava tratamento preferencial à agricultura familiar e ao empreendedor familiar rural na aquisição de gêneros alimentícios. “Com a extensão dessa preferência aos produtores rurais e suas cooperativas que trabalham em regime de economia solidária, dá-se um passo à frente nas ações voltadas ao desenvolvimento sustentável e à melhoria dos alimentos oferecidos aos estudantes brasileiros”, argumenta.

O relator fez apenas um ajuste de redação, apresentando emenda para substituir o termo “merenda” por “alimentação escolar”. Ele explicou que a substituição tem como objetivo usar a mesma expressão contida na lei que o projeto busca alterar.

USP abre vagas para premiados em olimpíadas

Marco Antônio Carvalho

A Universidade de São Paulo (USP) oferecerá, no 1.º semestre de 2020, 113 vagas em cursos de graduação para participantes e medalhistas de competições de conhecimento, como as olimpíadas brasileiras de Matemática, Física, Química e Biologia, além das competições internacionais. As vagas, que variam de uma a três por curso, estarão disponíveis em diferentes turnos de 55 graduações.

O candidato deve ter participado ou ter sido premiado há, no máximo, dois anos. Serão consideradas 20 competições – nove brasileiras e 11 internacionais. A USP prevê pontuação maior de acordo com o tipo de premiação. Ouro vale mais do que prata e competições estrangeiras valem mais do que o dobro das nacionais.

As inscrições, por meio da internet, começaram anteontem e vão até 13 de setembro. Com a medida, a USP se junta à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que já adota programa similar. No fim do ano passado, a Unicamp destinou 90 vagas para ingresso exclusivo de medalhistas. Em universidades americanas de ponta, como Harvard e Yale, a participação nessas competições não é o único critério, mas conta na seleção.

Educação

Na tarde de domingo, conversando com um velho amigo, professor da rede pública, indaguei sobre a militarização das escolas e se haveria mais segurança com a presença deles dentro da escola. A resposta foi a que supunha. “Segurança alguma. Em vez de colocar 20 soldados, desfalcando os quadros da Polícia Militar, responsável pelo policiamento de ruas, bastariam dois policiais na porta da escola, para coibir a venda de drogas, como era na época do Batalhão Escolar”, explicou o professor. Para dar um exemplo, ele citou um fato recente de uma aluna que agrediu um PM com palavras. O PM exigiu a transferência da aluna para outra escola. Mas a outra escola não a quis, pois se ela foi capaz de xingar um PM, o que não faria? Resumo da história, a aluna segue na mesma escola. Ele lembrou ainda do aluno que foi esfaqueado em uma escola militarizada. Na realidade, a militarização não passa de uma pirotecnia, sem qualquer efeito real na segurança de jovens e professores. Em lugar de 20 PMs, o melhor seria ocupar as vagas com psicopedagogos, arte-educadores, psicólogos, orientador educacional e outros profissionais que contribuíssem para elevar e aprimorar o ensino na rede pública. É mais um mandraque político para encher de orgulho os conservadores, os retrógrados e ganhar espaço na mídia. Nada além, pois a forma de ensinar ainda é do século 19.

» Leonora Lima,
Núcleo Bandeirante

As bolsas do CNPq e a Obmep

FERNANDA A. DA
FONSECA SOBRAL

Professora aposentada da UnB e vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

GILBERTO LACERDA
SANTOS

Professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB)

Conforme anunciado na última semana, a partir de setembro, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) promoverá a suspensão de bolsas de estudos pós-graduados e de pesquisa avançada, caso não haja aprovação de créditos suplementares. A gravidade e os impactos negativos para a pesquisa científica e tecnológica em nosso país, decorrentes dessa suspensão, foram amplamente divulgados e a comunidade científica brasileira, de todas as áreas de conhecimento, brada forte em oposição à medida. Todavia, o anúncio dos cortes inclui também as bolsas de iniciação científica concedidas para medalhistas da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep), estudantes de ensino médio de todo o país, em favor dos quais aqui também nos manifestamos.

É fundamental que seja evidenciada a importância bastante consolidada da Obmep para o ensino de matemática e das bolsas de iniciação científica para os medalhistas, no sentido de potencializar talentos e incentivar carreiras em uma área de conhecimento crítica e básica. Criada em 2004, a Obmep objetiva contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica; identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas; incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, contribuindo para a sua valorização profissional; integrar as escolas públicas com as universidades públicas, com os institutos de pesquisa e com as sociedades científicas; e promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento. São objetivos que por si só mereceriam ampliação dessa importante política pública, em vez de submetê-la a cortes orçamentários injustificáveis.

A Obmep premia os alunos com medalhas de ouro, prata, bronze e certificados de menção honrosa, além de Bolsas de Iniciação Científica Júnior. Os professores das escolas públicas responsáveis pela inscrição dos alunos vencedores também são premiados com cursos de atualização e aperfeiçoamento, no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), criado em 1952, uma das instituições mais respeitadas

da ciência brasileira e um dos centros mais reconhecidos de pesquisa matemática no mundo.

Em trabalho de avaliação da Obmep que conduzimos em 2010, ficou evidente que diferentes atores chave estão intrinsecamente associados ao sucesso da iniciativa e se beneficiam dela. Além da equipe diretamente envolvida em sua realização em todo o Brasil (diretoria acadêmica, coordenadores nacionais e regionais, pessoal de apoio técnico entre outros), milhares de gestores escolares e de professores e milhões de alunos e pais de alunos dão forma efetiva à olimpíada, tornando-a um empreendimento extremamente bem-sucedido no que se refere ao alcance geográfico. Em pouco mais de uma década, a Obmep alcançou quase 18 milhões de alunos e mais de 47 mil escolas, tornando-se a maior olimpíada estudantil do mundo, e esse ataque irresponsável por meio do corte de um de seus principais seguimentos, as bolsas de iniciação científica, fraqueja seus tentáculos e compromete o projeto de futuro que a olimpíada deveria ajudar a construir.

A Obmep procura, sobretudo, identificar o aluno talentoso, hábil em matemática, a fim de colocá-lo em evidência, oferecer a ele um suporte moral e financeiro para que ele persista e avance com sucesso em estudos no campo da ciência e da tecnologia. Ainda que os alunos





medalhistas sejam talentosos, há um aumento significativo do interesse pela área de conhecimento na medida que as bolsas de iniciação científica os insere em contextos de estudos avançados, mesmo na condição de estudantes de ensino médio.

No que concerne ao suporte moral, ficou evidente a melhoria da autoestima dos alunos, pelo reconhecimento dos professores e da família. No que se refere ao suporte financeiro possibilitado pelas bolsas, diversos alunos apontaram que, além do insumo financeiro, a dinâmica acadêmico-científica decorrente de sua imersão em situações de iniciação científica é um fator crucial em sua decisão de prosseguir estudos nas áreas de engenharias, ciência da computação e matemática, carreiras preferidas pelos medalhistas, conforme evidenciou nosso estudo.

Finalmente, é importante destacar que o desenvolvimento científico e tecnológico de um país requer também apoio para aqueles que aspiram ser pesquisadores ou engenheiros e o poder público não pode se eximir desta responsabilidade. Basta constatar que, diante das informações apresentadas, as engenharias, uma das áreas consideradas prioritárias pelo novo governo, tende a ficar prejudicada com a suspensão das bolsas para a Obmep, o que consiste em um verdadeiro tiro no pé. Ou seja, mais uma vez, percebe-se que o que está em jogo, de fato, é uma desvalorização da ciência e do ensino público, o que representa um grave risco para o futuro do país, de repercussões negativas a curto, médio e longo prazos.

**Repúdio à militarização de
escolas sem aval da comunidade**

A Câmara Legislativa aprovou ontem por unanimidade moção de protesto, de autoria do deputado Fábio Félix (PSol), pelo “desrespeito às deliberações à comunidade escolar referentes ao projeto de militarização de escolas do DF”. Foram 20 votos favoráveis, inclusive do líder do governo na Casa, Cláudio Abrantes (PDT). O presidente da Câmara, Rafael Prudente (MDB), também votou a favor.

Medida impositiva

Entre deputados, há uma discussão sobre a apresentação de uma Proposta de Emenda à Lei Orgânica (PELO) com o teor de obrigar o Executivo a se submeter a deliberações da comunidade escolar. As consultas passariam a ser obrigatórias e com poder impositivo. Mas, por enquanto, a ideia não vingou.

MEC libera R\$ 60 milhões para levar internet a 8 mil escolas rurais

por Redação

Alunos de oito mil escolas rurais do país vão ter acesso à internet de banda larga em sala de aula, pelo programa Inovação Educação Conectada, do governo federal. O Ministério da Educação (MEC) anunciou o repasse de R\$ 60 milhões para essa novidade, que deve beneficiar cerca de três milhões de estudantes até o fim deste ano. O dinheiro vai ser repassado para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que será o responsável por fazer as conexões de internet nas escolas.

Estes R\$ 60 milhões representam a segunda parcela do progra-



ma Inovação Educação Conectada, que leva internet para escolas públicas rurais. A primeira foi liberada em 2017, com o mesmo valor. No total, serão seis parcelas, uma por ano, até 2023, somando R\$ 360 milhões.

De acordo com o ministro Marcos Pontes, ciência e tecnologia, junto com a educação, são ferramentas "poderosas" do desenvolvimento socioeconômico do

país. Segundo ele, são mais de 2 milhões de alunos já conectados no Brasil, em locais de difícil acesso, como as escolas rurais.

Para serem contempladas nessa fase, as escolas precisam ter mais de 149 estudantes. Além do número de alunos, existem outros critérios para receberem a conexão: não podem ter atualmente acesso à internet, mas devem contar com computa-





dores para os alunos. No caso, caberá aos gestores de estados e municípios selecionar quais escolas receberão os equipamentos e aderir à ata para a aquisição.

Vale destacar que o programa Inovação Educação Conectada não se restringe à conectividade. Para garantir a inclusão total, com internet e equipamentos tecnológicos, o MEC

lançou um edital para compra de projetores, notebooks, laptops e carrinhos de recarga de bateria para dar mobilidade aos produtos eletrônicos. A expectativa é de que o processo licitatório seja concluído até setembro.

De acordo com o Censo de 2018, o Brasil possui 56.954 escolas rurais. Em 2019, o programa vai atender 14% delas.

Damares exonera coordenadora após críticas à Previdência

Thiago Amâncio

SÃO PAULO A ministra da Família, Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, exonerou a coordenadora geral do CNDH (Conselho Nacional de Direitos Humanos), Caroline Dias dos Reis, após o órgão recomendar que o Senado rejeite a reforma da Previdência.

Na segunda (26), o Diário Oficial da União publicou recomendação do CNDH que chamava pontos da reforma de “graves retrocessos sociais”. No mesmo dia, Damares escreveu em rede social: “Este conselho não é ligado a mim. Atua de forma independente. Aliás, recomendo que ignorem as manifestações ideológicas deste colegiado, que está longe de se preocupar com direitos humanos”.

A exoneração ocorreu na sequência e foi publicada no Diário Oficial nesta terça (27).

À Folha, Leonardo Pinho, presidente do CNDH, chama a exoneração de “retaliação” à atuação do órgão, que já criticou outras propostas caras ao governo, como o pacote anticrime do ministro Sergio Moro e a retirada da demarcação de terras indígenas da

competência da Funai.

Chefe da pasta, Damares tem autonomia para nomear e exonerar servidores. Pinho argumenta, no entanto, que a nomeação de Caroline foi escolhida pelo plenário do conselho e que sua exoneração desrespeita cinco recomendações da Organização das Nações Unidas sobre a independência do órgão.

Pinho afirma que o conselho tem dialogado com instâncias internacionais, como a União Europeia e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ligada à Organização dos Estados Americanos, o que tem desagradado o governo federal.

O CNDH enviou nesta tarde ofício à ministra em que pede a recondução da coordenadora ao cargo.

Criado em 16 de março de 1964 (dias antes do Golpe Militar) como Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o CNDH tomou a atual forma em julho de 2014, durante o governo Dilma Rousseff (2010-2016).

O órgão é formado por 22 pessoas, representantes de órgãos públicos (membros do ministério, procurador-geral da República, deputados, senadores e outros) e da soci-

idade civil. A mesa diretora, comandada por Leonardo Pinho, é eleita para um mandato de dois anos. Apesar de ser ligado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sua atuação é independente.

No mesmo dia da exoneração da coordenadora-geral do CNDH, despacho publicado pela ministra Damares Alves autoriza que a secretária Nacional da Família, Angela Vidal Gandra da Silva Martins, se ausente por seis dias em setembro para participar do Fórum de Budapeste para Comunicadores Cristãos, na Hungria.

O presidente Jair Bolsonaro tem avançado sobre conselhos ligados ao governo federal. Ele já alterou, por exemplo, a composição do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas e do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

“Não podemos ficar reféns de conselhos, muitos deles [ocupados] por pessoas indicadas por outros governos”, disse o presidente em julho.

A reportagem entrou em contato com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que não respondeu até a publicação deste texto.

MEC cancela premiação de professores de escolas de educação básica

Paulo Saldaña

BRASÍLIA O MEC (Ministério da Educação) cancelou nesta terça (27) uma premiação que reconheceria professores de escolas de educação básica, etapa apontada como prioridade do governo Jair Bolsonaro (PSL). O Prêmio Professores do Brasil previa o reconhecimento de mais de 500 professores e a distribuição de R\$ 278 mil a profissionais.

A decisão pegou de surpresa parceiros do projeto, como entidades que representam secretários municipais e estaduais de Educação. A revogação ocorre no dia em que se esperava a divulgação vencedores de uma etapa estadual.

A Folha apurou, no entanto, que as atividades de análi-

se dos projetos já haviam sido abandonadas em julho.

Houve atrasos na formalização de termos de cooperação com entidades parceiras, cancelamento de reuniões de capacitação de coordenadores e os comitês regionais que fariam a análise dos projetos não chegaram a ser formalizados.

O prêmio de 2019 foi lançado em abril, na gestão do ministro Abraham Weintraub.

O MEC informou que o prêmio ganhará um novo formato a partir de 2020.

Em nota, o governo defende que o cancelamento ocorre para "fortalecer e divulgar as melhores práticas relacionadas à Base Nacional Comum Curricular e ao PNE [Plano Nacional de Educação]".